

A participação dos bancos no acordo mexicano

por Stephen Fidler

do Financial Times

Um problema que afetou negativamente muitos acordos entre governos devedores e seus bancos credores — os "free riders" — poderá não constituir um obstáculo significativo para o acordo com o México, que ainda está sendo discutido.

Os "free riders" são bancos que continuam recebendo juros sobre seus empréstimos existentes, mas se recusam a participar de novos acordos sobre a dívida.

O motivo da provável incidência reduzida de "free riders" provoca certa reticência por parte dos banqueiros e dos funcionários mexicanos. Este motivo é um conceito legal, conhecido tecnicamente como "novação" — ou seja, a criação de um novo acordo legal entre devedores e credores, que, em certo sentido, elimina os bancos não-participantes.

Essa reticência foi evidente numa entrevista à imprensa dada por altos funcionários mexicanos neste semana.

Um representante do governo, indagado se os "free riders" seriam um problema para o acordo do México, respondeu que, na sua opinião, esses bancos não seriam problema por três motivos. Mas citou apenas dois: a pressão dos bancos participantes sobre os outros para que dêem sua adesão ao acordo e o apoio ao pacote por parte de governos de muitos países.

Supõe-se que o terceiro motivo, omitido, seja a estrutura legal deste novo acordo.

Mas a questão da "novação" legal causa embaraços tanto aos representantes dos governos ocidentais como aos banqueiros, porque implicitamente conflita com a natureza supostamente voluntária destes acordos sobre a dívida.

A "novação" legal foi tentada apenas esporadicamente no passado. O exemplo mais notável foi um acordo com a Costa do Marfim, que, por outros motivos, fracassou.

A posição dos "free riders" foi no passado sacramentada por cláusulas nos acordos de empréstimos, que garantem, por exemplo, que nenhum banco tem direito a garantias superiores aos outros e que, se um signatário de um acordo receber qualquer tipo de ativos para pagamentos de empréstimos feitos, é obrigado a compartilhar esse pagamento com os outros bancos fornecedores do empréstimo.

A criação de um novo acordo exigirá a concessão de dispensa de cláusulas por parte de uma proporção significativa de bancos fornecedores de empréstimos, mas não de todos eles. Isso será factível, se todos os bancos que aderirem ao novo acordo ficarem com uma classe de ativos diferente da dos bancos que não aderirem.

Embora, teoricamente, os dois tipos de ativos para os participantes e não-participantes tenham uma classificação igual, existem poucas dúvidas de que na prática os dois serão considerados créditos de qualidade diferente.

A dúvida é esta: se, em determinado momento, o México precisar futuramente restringir os pagamentos de sua dívida externa, qual o grupo que será pago primeiro?

Não está claro se a "novação" será aplicável à estrutura de todos os futuros acordos e até mesmo os bancos que participam regularmente estão preocupados com a extensão desse conceito.

O direito de "free ride" (participar ou não participar de um acordo) é básico para um enfoque voluntário em relação à questão da dívida.

O que mais preocupa os mexicanos agora, porém, é que o número de bancos dispostos a fornecer novos empréstimos não seja suficiente para permitir que o México preencha suas necessidades de financiamento. Um alto funcionário mexicano disse ontem que gostaria de ver pelo menos um banco de cada país importante fazendo novos empréstimos. Pelo menos um banco alemão e outro da Europa continental estão estudando a concessão de novos empréstimos, disse ele.

Angel Gurría, subsecretário das Finanças do México, inicia na próxima semana uma viagem de três semanas ao exterior para explicar o acordo aos banqueiros.

MERCADO SECUNDÁRIO —

O Chile pretende usar US\$ 330 milhões, retirados das reservas do país e tomados como empréstimos de agências internacionais, para recomprar dívidas externas e marcou o dia 10 de outubro para que os credores façam suas propostas, informou o ministro das Finanças Enrique Seguel.